

# Jango

ANO I • N.º 9 JULHO 1993

Director: Dario de Melo Fundador: David Bernardino

Preço NKz 1.000.00

## Conjuntivite política



Ao que parece, o reconhecimento de Angola pelos Estados Unidos, criou entre nós uma "conjuntivite" aguda e preocupante que não só nos obriga a fechar os olhos à luz das realidades, como nos provoca um certo adormecimento opioso e cheio de ilusões.

Para o entendimento de alguns, não é preciso fazer mais nada. Está a guerra ganha e o futuro assegurado. Basta ter paciência e esperar que a grande América venha repor nos trilhos o comboio descarrilado das nossas vidas.

Que o vulgar cidadão assim pense, admite-se. Agora que os políticos (ou como tal reconhecidos) julguem do mesmo modo, leva-nos à preocupação de saber se, em suas mãos, o País estará a ir pelos melhores caminhos, ou se acordaremos um dia com uma crista a cantar de galo à mesinha da nossa cabeceira.

Já nos doeu a despropositada euforia do reconhecimento. Como se fôramos pobres de pedir, a agradecer um pedaço de pão para a fome das nossas bocas. Como se, devotos da Santa

América dos Milagres, ajoelássemos perante o favor de uma graça concedida.

Esquecemo-nos no entretanto, que a Administração Americana não nos reconheceu porque quis, mas porque a isso foi obrigada, pelos seus interesses, pelas suas conveniências e também porque, de cedência em cedência, de boa vontade em boa vontade (quase a beirar o suicídio político) lhe retirámos a possibilidade de qualquer argumento para uma outra desculpa.

Entretanto e apesar de tudo (do reconhecimento que nos honrou e da abertura da Embaixada com que nos congratulamos) há pontos que ainda nos não parecem claramente transparentes:

Quando o Senhor George Moose fala da Paz e insiste que a resolução dos problemas de Angola não passa pela via militar, tem, como sabemos, toda a razão. Esquece-se porém, de um factor importante: enquanto o equilíbrio de forças se mantiver no terreno, a guerra não parará; enquanto o triplo zero continuar a ser desculpa para não ajudar o

governo (a quem se reconhece até legitimidade para se defender) o desequilíbrio não se fará sentir a seu favor; enquanto continuarem a ser concedidas à Unita facilidades para a manutenção do seu sistema de comunicações militares e da sua emissora, tudo continuará na mesma... excepto que teremos, para satisfação dos nossos olhos, uma Embaixada e uma Bandeira a mais a ondear sob os ventos de Angola.

Que quer pois o Senhor George Moose, com esta democracia "conservativa" que nos obrigaram a aceitar e com esta neutralidade "entre partes" que nos não permite defender? Perpetuar a guerra, manietando o governo, ou reabilitar a imagem da Unita, mantendo sempre acesa (per secula, seculorum) a chama das conversações? (Se este Editorial, escrito no início de Julho, se desactualizou entretanto, congratulemo-nos)

Faz agora quatro anos que começámos a (des)conversar em Gbadolite. E, de conversa em conversa, quem tirou os maiores e melhores dividendos? Quem, mantendo-se à margem dos acordos, cuspiu no rosto da Democracia, quem virou as costas às palavras e conselhos da comunidade internacional, quem ocupou terras e ganhou Províncias e sitiou capitais e movimentou a guerra? Tudo isto enquanto se conversava, enquanto se conferenciava, enquanto se discutia, enquanto se negociava o inegociável - o voto de cada um de nós, dos que votaram no MPLA por convicção e dos que votaram neste Partido, com a intenção única de votarem contra a Unita.

Como vão, perguntamos nós, os Estados Unidos (ou a ONU por eles) resolver a situação, quando Angola não for um problema isolado em África, mas o mau exemplo que já vemos seguido no Congo, que se alastrará para o Zaíre, que se poderá vir a ensaiar em Moçambique e na África do Sul?

Vamos esperar todos nós, os africanos, que à mesa das conversações, já que nunca tivemos o utópico "povo no poder", consigamos inventar, nova, genuína e muito nossa, a democracia de um poder sem povo?

O desenvolvimento exige, além de condições de Paz que continuam a ser-nos negadas, uma ampla formação dos angolanos a todos os níveis, que traduza o nosso potencial humano em capacidades e realizações concretas. Sem isso, não haverá uma verdadeira independência nacional, num mundo dominado pelos interesses dos "grandes". Problemas gerais da educação e ensino ocupam o lugar de destaque nas páginas centrais. O entrevistado é o Ministro da Educação.

Uma geração é muito pouco para alterar profundamente o perfil dum país, quando se trata de educação e ensino. Vale a pena, portanto, reflectir sobre "os tempos da outra senhora", quando Angola era colónia - página 2.

A contracepção e o aborto: a importância de transformar o aborto num último recurso e a urgência de adoptar uma legislação adequada à realidade dos nossos dias e que reconheça às mulheres os seus direitos - é o outro grande tema, aqui tratado por pessoas de idoneidade indiscutível. Leia nas páginas 4 e 5.

António Jacinto, poeta e revolucionário foi homenageado de múltiplas formas no segundo aniversário da sua morte, neste mês de Junho. Sem querer fazer dele o que ele nunca queria ser, o Jango também se curva perante a grandeza do Homem que marcou várias gerações de angolanos - e pediu a um companheiro de muitas jornadas, Antero Abreu, que falasse de Jacinto. Está na última página.

Como sempre, um espaço para a África Austral - desta vez o Zimbabwe é o centro das atenções, através de uma entrevista a Doris Lessing, exilada nos tempos da ditadura racista de Ian Smith, hoje lançando um olhar crítico e preocupado sobre o seu país. Tão longe e tão perto... Leia (e descubra as diferenças, se houver) na pág....

As palavras dos outros parecem sempre pesar mais do que as nossas. Como diz o provérbio, "santos de casa não fazem milagres". Na página 9 seleccionámos afirmações e comentários que podem ajudar a ver-nos com outros olhos. E se ainda não leu o livro do René Dumont, comece agora.





# NOS TEMPOS DA OUTRA SENHORA

- Alguns tópicos sobre colonialismo e ensino -

Maria da Conceição Neto

*Precisamos de escolas em África, mas de escolas onde indiquemos ao nativo o caminho para a dignidade do homem e a glória da nação que o protege... Queremos ensinar os nativos a ler, escrever e contar, mas não fazê-los doutores.*

*Cardeal Cerejeira, chefe da Igreja Católica em Portugal no tempo de Salazar<sup>1</sup>*

Não se pode no espaço de uma página analisar o percurso da educação e ensino em Angola sob o domínio colonial português. Mas qualquer reflexão crítica acerca da actual situação tem de passar pela compreensão da herança que recebemos de um passado não muito distante. Em termos de educação, uma geração é muito pouco para alterar profundamente o perfil de um país (o exemplo da revolução cultural em Cuba continua a ser um caso excepcional).

É já uma banalidade dizer que fomos colonizados por um país também atrasado no ensino. Portugal tinha das mais altas taxas de analfabetismo da Europa e, quanto a desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, não voltou a estar na vanguarda desde a época inicial da sua expansão marítima. Acresce a isso o carácter retrógrado e anti-científico do fascismo português, no poder desde o fim dos anos 20, traduzido no medo obsessivo de ideias novas e das consequências (inevitáveis) da escolarização massiva, na inculcação dos valores da obediência cega ("saber obedecer para saber mandar", lembrem-se?), na carga ideológica prevalecendo sobre a ciência (também não inventámos isso...).



In Sousa e Faro, Angola..., 1932

Não é menos verdade que após a nossa Independência, a despeito de todas as proclamações de princípio e manifestos de intenções do MPLA, a educação não foi priorizada neste país até o caos se instalar em proporções alarmantes - e era já demasiado tarde. Alguns remédios podem agora impedir a morte do doente, mas dificilmente curá-lo sem grandes, arriscadas e dispendiosas cirurgias.

Porém, a crítica ao ensino de hoje não deve fazer esquecer como foram negativos os dias do passado colonial. A viragem dos anos 60-70, uma autêntica revolução educativa em Angola, não chega para amnistiar uma colonização que ergueu todo o tipo de barreiras à escolari-

zação da maioria e mesmo à existência de escolas de formação média e superior para a minoria. Os mais de 80% de analfabetos em vésperas da Independência e as datas da criação de Liceus, Institutos e Faculdades em Angola falam por si.

## ● Mas pelo menos havia as escolas das Igrejas... ou não era tanto assim?

O papel complementar das Igrejas e Missões é hoje exaltado por vezes de forma pouco objectiva, apontando a dedo os poucos quadros formados (uma pequeníssima elite proporcionalmente ao conjunto da população) para se falar de acção massiva. A participação das Igrejas no ensino (e sempre teremos de louvar o esforço de alguns missionários nesse domínio) foi condicionada pela política obscurantista do Estado português. Traduzia a incapacidade desse Estado em colocar professores em Angola mesmo para a população branca e os poucos negros e mestiços ditos "civilizados" - daí os colégios religiosos para as meninas e os meninos cujos pais pagassem bem, tendo a Igreja Católica o monopólio do ensino secundário em muitos "distritos". Por outro lado,

os Seminários católicos, em Angola como nas zonas rurais de Portugal, eram a forma de os pobres escolarizarem os filhos varões...

Mas mais do que isso, a "entrega" do ensino à Igreja nas colónias teve a intenção expressa de impedir um real desenvolvimento da educação dos "indígenas", confinando-a a estreitos limites, apenas o bastante para os tornar mais úteis ao sistema de exploração e os "portugalizar". O que acabo de afirmar, talvez chocante para alguns, confirma-se facilmente lendo o Acordo Missionário de 1940 (na sequência da Concordata de Portugal com o Vaticano) e o subsequente Estatuto Missionário de 1941, cujo art.66<sup>o</sup> estabelece que "o

ensino especialmente destinado aos indígenas deverá ser inteiramente confiado ao pessoal missionário e aos auxiliares".

Era o ensino rudimentar, que após 1956 se passou a chamar ensino de adaptação (3 anos de escola antes de transitar para o ensino primário propriamente dito, o que poucos conseguiam), por lei nas mãos das Missões católicas. Esta situação só terminou oficialmente em 1961, com o fim do estatuto do indigenato. As Missões evangélicas ficavam discriminadas, sempre dependentes de autorizações especiais, e com o problema adicional da obrigatoriedade do ensino apenas em Português; o Decreto 77 de 9/12/1921 já o tinha estabelecido e o artigo 69<sup>o</sup> do Estatuto Missionário insiste: "Nas escolas é obrigatório o ensino e o uso da língua portuguesa. Fora das escolas os missionários e os auxiliares usarão também a língua portuguesa. No ensino da religião pode, porém, ser livremente usada a língua indígena".

Felizmente, uns põem e outros dispõem... os Seminários católicos acabaram por lentamente formar vários angolanos que, não se tornando padres, preencheram diferentes lugares intermédios na sociedade colonial. E as Missões evangélicas continuaram a luta pelo reconhecimento das suas estruturas educacionais de nível primário e secundário - em 1954 foi autorizado na missão metodista do Quêssua uma escola Normal e com equivalência ao liceu; e no Dondi (das Igrejas Congregacionais do centro-sul do país) foi reconhecida a escola secundária, embora não autorizado o ensino liceal. Mas os números falam por si: **segundo o Anuário Estatístico de 1958, Angola tinha 96,97% de analfabetos!**

Não podemos pois basear-nos em algumas dezenas de bolseiros enviados para o exterior pelas Igrejas a partir dos anos 50, mais umas centenas de quadros angolanos que estudaram nos seminários e colégios católicos, para imaginar um cenário em que as Igrejas teriam, no tempo colonial, conseguido compensar o que o Estado português não quis fazer.

As Igrejas, fosse a privilegiada Igreja Católica ou fossem as Igrejas Evangélicas, assumiram a tarefa do ensino como sua (até porque isso contava muito para a captação de novos crentes) e sabemos bem que sem elas teríamos chegado às décadas de 60 e 70 com um atraso ainda maior. Contudo, nem essa é a razão de ser das Igrejas, nem um Estado pode esperar de particulares que assumam o papel que a ele lhe cabe de garantir o acesso à escola (pelo menos básica) de todos os cidadãos, sem discriminações.

## ● Problemas do passado, problemas do presente... até quando?

Desde esses tempos "da outra



Finalistas da escola de Professoras de Posto da Missão do Vouga (Bié) 1971 in Manuel Nunes Gabriel **Angola cinco séculos de Cristianismo**, 1978

senhora" arrastamos connosco problemas de há muito diagnosticados e nunca solucionados, por desinteresse ou incapacidade. Exemplos?

O mínimo investimento financeiro e humano no ensino primário, base de todo o desenvolvimento educativo, quando comparado com os outros níveis.

A não introdução das línguas maternas respectivas (o "ensino nas línguas nativas", dizia-se) nas primeiras classes do ensino, condição indispensável para diminuir o abandono escolar e as altas taxas de insucesso na maior parte das regiões do país. Já nesse tempo havia quadros da Educação (inspectores, nomeadamente) a defenderem tal opção. A medida implicava outras (a nível da pesquisa e produção de manuais, por exemplo) e nunca foi concretizada.

As aberrações da rede escolar, feita para privilegiar as áreas urbanas (na óbvia lógica colonial desse tempo), sem respeito pela demografia nem qualquer estratégia de desenvolvimento. Após 1961, razões políticas vieram alterar em certa medida este quadro nas províncias ditas "ameaçadas pelo terrorismo"... Mesmo assim, o número de escolas suburbanas e rurais era manifestamente insuficiente. A existência de boas escolas urbanas à data da Independência permitiu absorver em parte a explosão escolar inicial, fazendo "esquecer" de novo a demografia que em cada ano nos coloca milhares e milhares de crianças às portas da escola.

Escolas superlotadas, falta de meios de ensino, péssimas condições de trabalho (embora as de hoje façam parecer suaves as do passado).

A utilização de professores sem qualificação adequada. No tempo colonial a expansão das escolas nas zonas rurais viveu massivamente de "monitores escolares", que tinham apenas a 4<sup>a</sup> classe. Em 1969-70 28,75% dos 6 283 agentes de ensino primário (1 professor para 61 alunos em média) eram professores das propriamente ditas "escolas primárias", 26,65% eram "professores de Posto" e 44,60% "monitores escolares". Estes tinham a 4<sup>a</sup> classe e recebiam uma mínima formação pedagógica, devendo teoricamente coadjuvar professores formados e leccionar apenas a 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> classes. A realidade era outra: no Uije eles eram 71,69% dos professores do ensino primário e na Lunda 70,71%; no extremo oposto, estavam Luanda com 6,37% e Moçâmedes com 26,86%.<sup>2</sup>

Por outro lado, o ensino secundário (excepto nos Liceus "importantes") encheu-se de professores improvisados (militares, esposas de militares, estudantes, bacharéis ou licenciados sem formação pedagógica). Ou seja, os professores com habilitação específica para o respectivo grau de ensino (professores de Posto, professores com o Magistério Primário, ou licenciados com especialização pedagógica) eram a minoria.

Baixos salários dos professores. Aos professores primários valia o "complemento de salário" que as famílias dos alunos muitas vezes lhes forneciam sob a forma de alimentação ou serviços. No ensino secundário, acumulavam-se horas extraordinárias o mais possível, por vezes à margem da lei.

Se é preciso demonstrar as graves deficiências do ensino colonial mesmo depois das reformas dos anos 60, basta citar (entre muitos outros dados) a percentagem de re-provações no ensino primário em 1969-70, cuja média em toda a Angola foi de 50,3% (Luanda - 42,7%; Cuando Cubango - 60%).

Apesar destas deficiências graves, contudo, o ensino funcionava como um sistema, uma rede, uma estrutura - e talvez o tributo mais pesado que a Educação paga à guerra, à incúria, ao desinteresse e aos erros "de juventude" cometidos, seja precisamente a desarticulação das suas estruturas, o rompimento da cadeia de comunicação interna vital a qualquer sistema, o desaparecimento real dos mecanismos de controlo.

Falar hoje de sistema de ensino no país é puro surrealismo. Há professores, escolas, alunos, metodólogos, funcionários de um Ministério... - mas não um sistema. E isso não é novidade. No nosso Ministério da Educação produzem-se há anos documentos, análises, estudos, diagnósticos e propostas suficientes para se saber o que fazer. Porque é que não se fez ou não se faz... exigiria outro tipo de explicações. E, francamente, não as encontro ainda na entrevista do Ministro da Educação concedida a este jornal (ver as centrais).

<sup>1</sup> In Sousa Ferreira, O fim de uma era - o colonialismo português em África, Lisboa, Sá da Costa, 1977. Este estudo sobre educação e cultura nas colónias portuguesas foi feito para a UNESCO em 1973.

<sup>2</sup> "Trabalhos Preparatórios do IV Plano de Fomento (1974-1979) Educação", Luanda, Serviços de Planeamento e Integração Económica, 1972 (mimeo)





## ENTREVISTA COM DORIS LESSING

(Tradução duma entrevista dada à revista "Der Spiegel", n° 21 de 1993)

*Spiegel* - O seu último livro transmite uma imagem acabrunhante dum país africano em desenvolvimento. Será que no Terceiro Mundo, e sobretudo em África, tudo se deteriora?

Doris Lessing - A imagem é discutível. Há um equilíbrio entre o bom e o mau. Mas na Europa estamos tão habituados a receber más notícias de África que nem se toma consciência das boas.

S. - Não considera então fundadas as notícias catastróficas sobre o continente negro?

D.L. - Sim, em certa medida considero. O sida é uma catástrofe. A terrível doença espalha-se por toda a África [...] Também é deprimente que se tenha formado em muitos países pobres uma classe de negros ricos corrupta, perfeitamente desavergonhados. E após dez anos de uma política errada, como foi o caso do Zimbabwe, os investimentos estrangeiros afluem para a região do Pacífico e para outros sítios quaisquer, mas não para África, onde são tão indispensáveis.

S. - Será que os países ricos já desistiram de África, por considerarem tratar-se dum caso desesperado?

D.L. - Espero que não. Isso seria um erro. Tudo está muito dependente de como vai evoluir a República da África do Sul. Se a mudança se efectuar pacificamente e se a economia tiver êxito, todo o sul do continente se podia aproveitar disso e prosperar. Apesar de todos os contratempos, no Zimbabwe as coisas não vão mal de todo. Em comparação com Moçambique ou a Tanzânia, o país é um exemplo de sucesso.

S. - Embora a agricultura ande tão mal!

D.L. - A África austral sofre de uma seca que dura há um século. No Zimbabwe a seca foi particularmente difícil. Mas houve por outro lado aspectos positivos como me contou o chefe da Associação dos grandes fazendeiros, na sua maioria brancos: a seca pôs a nu a ambição e a incompetência da camada dirigente e revelou simultaneamente que a este nível do topo existem jovens negros muito inteligentes, competentes, não corruptos, que conseguem dar conta da crise e que na realidade são quem dirige agora o país.

S. - O governo alemão constata, no seu relatório sobre o desenvolvimento, que desde 1983 a situação dos países a sul do Sara e de muitos estados de Ásia e da América Latina piora de ano para ano. Porque é que todos os esforços falharam?

D.L. - É possível que uma parte da responsabilidade caiba ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial, os grandes fornecedores de ajuda ao desenvolvimento. Por exemplo, no Zimbabwe, eles provocaram grandes danos porque deram conselhos absolutamente errados.

S. - Quais?

D.L. - Foram exactamente estas organizações que aconselharam o Governo a vender as reservas de milho do país para com essa receita pagarem parte dos juros da enorme dívida externa. Pouco depois chegou a

seca, em que esse milho teria sido tão necessário. Histórias destas, de erros cometidos pelos chamados peritos, pode ouvi-las a cada instante.

S. - Então quem é que sabe melhor?

D.L. - Basta perguntar aos camponeses africanos. Sempre houve ciclicamente secas e fomes. Por isso os camponeses faziam uma reserva com parte das suas colheitas, para casos de necessidade. Só quando nós, os brancos super-inteligentes, lhes aconselhámos a esvaziar os celeiros é que eles se depararam impotentes diante das piores secas de há 50 anos.

S. - Mas também nem tudo o que o FMI e o Banco Mundial fazem está errado...

D.L. - Nem tudo, mas muita coisa. A sua abordagem está errada, gastam quantias enormes ali onde pequenos montantes teriam melhores resultados. Eles muitas vezes não têm sequer conhecimento das condições locais. A maneira como actuaram alguns desses peritos é um escândalo internacional, uma vergonha. [...]

S. - Os doadores da Europa e da América ficam contudo incomodados quando milhões de dólares ou de marcos são esbanjados por incúria, sem qualquer sentido. Onde vai parar esse dinheiro?

D.L. - Em grande parte alimenta novos ricos corruptos, os chamados "gatos anafados" que subtraem tudo o que podem.

S. - Mas esses "gatos anafados" constituem realmente um problema assim tão grande? O enriquecimento à custa da comunidade também existe na Europa...

D.L. - Mas um país rico pode permitir-se ter os seus "gatos anafados" mais do que um país africano pobre. Embora, de modo algum, sejam todos corruptos ou sem escrúpulos - é bom não o esquecer. Muitos dos habitantes de África são pessoas honestas e activas.

S. - No seu livro atribui sobretudo às mulheres essas qualidades positivas. Será que elas fazem um melhor trabalho em África?

D.L. - Por todo o lado no Terceiro Mundo são as mulheres que trabalham mais duramente. Se alguém quiser resolver qualquer coisa no Zimbabwe, dirige-se a uma mulher. São impressionantes: muito fortes, muito optimistas, trabalhadoras e, sobretudo, para além do mais, muito

No seu último livro "Regresso a África", Doris Lessing descreve o reencontro com a sua velha pátria, o Zimbabwe. Durante quatro viagens, efectuadas entre 1982 e 1992, ela observou o desintegração das infraestruturas e o aumento da corrupção. Doris Lessing, de 73 anos, venerada por muitas mulheres e pessoas de esquerda, tinha descrito no seu primeiro sucesso mundial "Tragédia africana" a sociedade repressiva dos fazendeiros rodésianos. Ela apoiava a luta de libertação dos negros; por essa razão, o regime minoritário branco de Ian Smith negou à então comunista a entrada no país. A sua obra mais popular foi o romance autobiográfico "O diário dourado", uma espécie de bíblia do movimento feminino.

(Do "Der Spiegel")

alegres.

S. - E os homens falham?

D.L. - Claro que nem sempre. [...]

S. - As organizações de apoio dão no geral o seu dinheiro aos homens - ou seja, às pessoas erradas?

D.L. - No geral não se dão ao trabalho de colocar as perguntas certas, como também não olham bem para as pessoas a quem dão ajuda. Um exemplo: em Dezembro passado contaram-me no Zimbabwe a história de alguns jovens, rapazes, que tinham inventado um projecto - o desenvolvimento da região do Zambeze inferior, ou coisa parecida. Fizeram um pedido de ajuda financeira que lhes foi logo concedida. Alugaram um escritório com Fax e fotocopiadora, outorgaram-se a si mesmos uns belíssimos salários e desde então andam por aí e não fazem nada. Este caso não é único.

S. - Porque é que os financiadores não se apercebem destes logros?

D.L. - Formou-se uma casta de peritos internacionais, com rendimentos extraordinariamente luxuosos, que viajam sem cessar através de todo o Terceiro Mundo e vão dizendo às pessoas o que elas devem fazer. Nas suas cabeças existem apenas projectos de enormes dimensões, de milhões ou de biliões. Não fazem a mínima ideia de como muitas vezes uma pequena quantia faria muito mais sentido, quando investida no local acertado. Quantias sobre as quais não se pensa seriamente na Europa poderiam modificar uma região inteira num país pobre.

S. - Já há anos que o teórico sueco das relações Norte-Sul, Gunnar Myrdal, exigia que se acabasse com os enormes e caros projectos de desenvolvimento: construam antes poços, latrinas e outras coisas simples para melhorar as condições de vida nas aldeias. Será este o caminho certo?

D.L. - Para tal agora já é um pouco tarde demais. Aquelas monstruosidades já foram implantadas um pouco por todo o lado, barragens e fábricas, por exemplo, e agora os países em desenvolvimento têm que se debater com elas e tornaram-se economicamente dependentes delas. Mas eu acho contudo que a ajuda internacional deveria dar mais atenção ao que deveria ser melhorado no campo, nas aldeias, junto das pessoas - pode ser uma horta aqui, um poço ali ou uma pequena loja de aldeia. Este tipo de ajuda poderia alterar muitas coisas pela base. Quando o perito não é nem sequer capaz de se documentar minimamente, só sai trabalho mal feito e é preciso exigir-lhe as suas responsabilidades.

S. - Será que todo o sistema de ajuda ao desenvolvimento perseguiu prioridades erradas?

D.L. - Eu vi como no Zimbabwe esse tipo de peritos se instalam em Harare no melhor hotel, alugam um carro e vão para uma capital provincial qualquer. Depois encontram-se por lá com alguns dos "gatos anafados" locais e despejam-lhes os seus bons conselhos. Logo em seguida tomam o avião e regressam à América ou para outro sítio. E é exactamente desta



maneira que o dinheiro é esbanjado. Ou são os "gatos" que o embolsam ou é esbanjado.

S. - Você mesma é uma perita - pelo menos em relação ao Zimbabwe. Foi lá que cresceu e durante os últimos anos visitou profundamente o país. Que alternativas propõe, que aspecto teria uma ajuda apropriada e eficiente?

D.L. - Façam algo de extremamente simples, instalem bibliotecas que possam emprestar os livros. Seja quem for que se encontre no Zimbabwe está ansioso por leitura.

S. - Livros? E não investimentos na agricultura, nas infraestruturas?

D.L. - Os livros não são um luxo, são uma necessidade urgente. Aquelas pessoas procuram desesperadamente adaptar-se ao mundo moderno. Mas metade delas não tem ideia nenhuma do que deve fazer, falta-lhes qualquer instrução. Os livros poderiam servir para ultrapassar este fosso.

S. - E para além de livros?

D.L. - Qualquer tipo de tecnologia alternativa. Há uma enorme necessidade.

S. - Isso pode fazer sentido, mas os Governos dos países pobres exigem no geral uma ajuda totalmente diferente, objectos de prestígio, desde instalações industriais caras até ao armamento moderno para os seus exércitos.

R. - A elite política desses países é um problema sério. A maior parte dos dirigentes tem falta de experiência. Atingiram os seus cargos porque tinham vencido o colonialismo. Mas um bom combatente da guerrilha não é obrigatoriamente um bom ministro. Quando se vê por vezes os disparates que eles andam por aí a fazer, a gente chega a perguntar-se como é que o seu raciocínio funcionará.

S. - Amir Jamal, o ex-ministro das finanças da Tanzânia dizia: O futuro do Terceiro Mundo dependerá das condições que serão estabelecidas pelo Primeiro Mundo e da qualidade da direcção do Terceiro Mundo. Como se poderão melhorar as duas coisas?

D.L. - Quem determina a direcção? Quero eu dizer que o futuro dependerá de como e se será possível incentivar todos os talentos criativos que existem em África e utilizar as suas capacidades.

S. - A ajuda ao desenvolvimento não tem uma grande prioridade actualmente nos países desenvolvidos. Muitas pessoas tinham tido a ilusão de que, com o fim da guerra fria, haveria imensos meios em capitais, ideias e criatividade humana disponíveis para o Sul. Desiluiu-a a indiferença em relação ao Terceiro Mundo?

D.L. - Eu não sei se em África alguém teve muitas ilusões a este respeito. Em todo o caso, eu não esperava nada.





# A legalização do aborto

Maria do Carmo Medina

1. Neste momento da implementação da democracia torna-se particularmente oportuno trazer à luz da discussão pública, a questão da legalização do aborto.

Confrange-nos, porém, constatar que falar da legalização do aborto pressupõe uma sociedade democrática em vias de estabilidade e desenvolvimento, o que hoje nos é retirado quando nos limites do horizonte se vêem acesas as fogueiras desta guerra atroz movida contra o povo angolano pelas forças fascistas coligadas da África Austral.

Na verdade, a legalização do aborto tem a ver com todas as questões circundantes que o podem evitar e postergar, para que ele apareça como uma "ultima ratio", num encadeado de situações que podem levar a uma maternidade indesejada ou terapêuticamente desaconselhável.

Porque, como questões prévias primordiais, põem-se a necessidade da EDUCAÇÃO SEXUAL e a disseminação, de forma ampla e genérica, dos métodos de PLANEAMENTO FAMILIAR.

Ora a educação sexual pressupõe um sistema de ensino já suficientemente estável e desenvolvido, para ter professores pedagogicamente preparados para, no adequado nível de ensino, fazerem a preparação das gerações de jovens para uma actividade sexual consciente e responsável.

A disseminação dos meios de planeamento familiar envolve, por sua vez, toda a ampliação de centros de consulta acessíveis à grande massa da população em idade fértil, acompanhada da possibilidade de obtenção dos meios materiais e medicamentosos a serem aplicados em concreto.

Tudo isto é, num momento de crise como o que vivemos, um objectivo que se apresenta muito difícil de alcançar.

Não são ainda de subestimar todos os factores imperantes de natureza cultural que rejeitam os próprios métodos de planeamento familiar, como contrários à afirmação emblemática da virilidade e abastança que provém da existência de uma larga prole.

2. Analisando a questão da legalização do aborto em concreto, temos que ter em conta que nela se entrelaçam com igual repercussão elementos de índole médica e de índole jurídica, esta última intrinsecamente ligada aos direitos da pessoa humana e ao direito penal.

Temos, em matéria de direito penal, ainda vigente em Angola o Código Penal, herdado do tempo colonial, que nem tampouco está já em vigor em Portugal e que, quanto ao crime de aborto, mantém o texto aprovado no século dezanove.

No que concerne aos aspectos médicos a salvar, põe-se com especial relevância a obrigatoriedade de que a interrupção da gravidez seja feita sob a responsabilidade de um médico e num centro clínico ou hospitalar adequado.

Crucial também é a determinação do período limite dentro do qual a interrupção de gravidez pode ser efectuada sem prejuízo para a saúde da mulher que sofre a intervenção. No geral é aceite que a interrupção voluntária de gravidez pode ser feita até às 12 semanas de gestação sem prejudicar a vida e a saúde da mulher. Para além deste período só é possível o denominado ABORTO TERAPÊUTICO. O aborto terapêutico é aquele que resulta da necessidade de salvar a vida da gestante posta em risco com o prolongamento da gravidez e ainda o que é determinado pela confirmação da malformação ou inviabilidade do

feto.

3. Mais complexos e interessantes são os aspectos jurídico-teológicos que se entrelaçam na apreciação da questão da legalização do aborto.

Indiscutivelmente, a posição a tomar passa pela aceitação ou não da atribuição à mulher duma posição de plena cidadania ou de subalternização na hierarquia social.

E isto porque só numa sociedade efectivamente democrática, esvaziada de todo o conteúdo de discriminação sexual, pode ser atribuída à mulher o direito de controle da sua própria fecundidade. Tal não é compatível com uma sociedade em que à mulher sejam impostos padrões culturais segundo os quais é conferido ao homem a hegemonia, sobretudo em quanto diz respeito à fecundação da mulher e núme-



Pintura de Malangatana (Mocambique)

ro de filhos dentro da família.

No nosso direito constitucional e em todo o ordenamento jurídico angolano, é assegurada a igualdade entre o homem e a mulher, postergando-se toda e qualquer discriminação.

É neste enquadramento que temos que situar a questão de como pode ou não a mulher angolana exercer o seu direito de, como cidadã, optar em concreto por ser mãe ou não ser.

Embora no direito interno se verifique um vazio institucional quanto a esta matéria, convém ter presente que Angola ratificou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, pela Resolução da Assembleia do Povo nº 15/84 de 19 de Setembro, que estatui expressamente sobre a protecção da maternidade e "o direito da mulher decidir livremente e com todo o conhecimento de causa, do número e espaçamento dos nascimentos..."

À mulher, nos termos da mesma convenção, devem ser garantidos os cuidados de saúde, incluindo os relativos ao planeamento familiar.

Desta sorte devem ser garantidos à mulher angolana os meios de divulgação e de aplicação médico-científicos que lhe permitam saber o *quando* e o *como* optar por uma maternidade consciente e desejada.

Sabemos, porém, que todas as inúmeras dificuldades que o País atravessa, mormente pelos retrocessos resultantes da guerra, somados aos avanços do obscurantismo, fazem com que seja bem diferente a realidade.

4. No que diz respeito ao direito penal, o aborto deve continuar a ser punido quando efectuado fora do quadro legal em que a lei o permite.

Isto significa que ele continuará a constituir um crime quando praticado sem o consentimento da mulher, ou sem o seu consentimento presumido quando feito em situação de emergência e para salvar a vida da mulher.

Será ainda crime todo o aborto feito fora da responsabilidade do médico e de local próprio e com o fito de angariar lucro. E ainda o que resulta de violência física contra a mulher, desde que o agressor tenha conhecimento do seu estado de gravidez.

Particularmente importante na questão do direito à interrupção da gravidez é o que se prende com o crime de violação, permitindo sempre à mulher que foi vítima do crime de violação pôr fim à gravidez que dela resulta.

Neste ponto não será demais recordar o caso clamoroso da jovem irlandesa, vítima de violação, a quem a justiça do seu país recusou o direito a abortar e ainda o de mostrar, através de análise dos tecidos do feto, a prova da identidade do violador.

No entanto, a despenalização do aborto na maioria dos países prevê, precisamente, os casos de gravidez resultante de violação e o aborto terapêutico praticado para a salvaguarda da vida da mãe ou quando o feto se apresente com malformações físicas ou psíquicas.

5. A tendência para a liberalização do aborto efectuado dentro do condicionalismo legal é hoje predominante na maioria dos países europeus e mesmo em países da América do Norte. Nos Estados Unidos formaram-se grupos de pressão antagónicos, uns "Pró-Vida" contrários a toda a forma de aborto, outros "Pró-Escolha" que pugnavam pelo direito atribuído à mulher e ao médico assistente de optarem ou não pelo aborto. A controvérsia, no fundamental, centrava-se em saber se o embrião é ou não pessoa, cuja vida deve ser preservada desde o momento da concepção, o que era sustentado pelos "lobbies" Pró-Vida, ou se, pelo contrário, o embrião não merece protecção institucional devendo a questão do prolongamento ou não da gravidez ser resolvida na esfera de privacidade da vida da mãe e sob responsabilidade profissional do médico assistente.

Na discussão filosófica e teológica da questão deparamo-nos afinal com a necessidade de determinar quando se inicia a Vida, se dentro do útero materno, logo após a fecundação, ou mais adiante quando o feto toma um desenvolvimento tal que já é um ser viável, ou antes tão-somente após o nascimento com a separação completa do feto com vida, do ventre materno.

São princípios culturais e religiosos que estão em jogo e em antagonismo e como tal geradores de acesa controvérsia.

Não temos, porém, dúvida que em relação à mulher, como gestante ou não de uma nova vida, deve ser dada pelos diversos meios científicos que a ciência médica já põe ao seu alcance, a última decisão sobre o querer ou não querer assumir a maternidade dum novo ser, com tudo quanto ela exige de dádiva de si própria.





O tema da legislação relativa ao aborto no nosso país, que a dra. Maria do Carmo Medina tratou em profundidade na página anterior, obriga a uma reflexão séria da sociedade angolana sobre as questões da contracepção, do papel do Estado como legislador e como servidor dos interesses da população, bem como do direito de opção dos cidadãos. Porque as opiniões muitas vezes se extremam a este respeito e a discussão cai em especulações filosófico-religiosas, o JANGO quis abrir a possibilidade de um confronto de ideias a este respeito.

Entregámos a algumas pessoas de reconhecida idoneidade um pequeno inquérito. As perguntas e as respectivas respostas foram o que se segue. Esperamos ainda outras contribuições que certamente chegarão e publicaremos no próximo número.

#### Perguntas:

1. **Acha que é dever do Estado pôr à disposição dos cidadãos os diferentes métodos anti-concepcionais, sem excepção?**

2. **Acha que se deviam fazer consultas e divulgação sobre os métodos anti-concepcionais nas escolas, a partir de uma determinada idade?**

3. **Há alguma circunstância em que aceite o aborto provocado?**

4. **É a favor de legislação que castigue a mulher que aborta?**

#### Resposta

Do Prof. Dr. Paulo Adão de Campos. Foi Director da Maternidade e é actualmente Director e professor da Faculdade de Medicina

1. Devo dizer, em relação à primeira pergunta, que todo o planeamento familiar (P.F.) deve obedecer a um programa ou estratégia de desenvolvimento populacional, bem estruturado, com objectivos bem definidos. Penso que quando os diferentes métodos anti-concepcionais são postos anarquicamente à disposição dos cidadãos, correm-se também sérios riscos que precisam de ser ponderados. De qualquer maneira, é ao Estado que compete implementar este tipo de programas de acordo com todos os parâmetros à sua disposição e aos objectivos que pretende atingir. Ora isto implica também uma certa gratuitidade para que o mesmo tenha adesão e êxito.

2. Esta pergunta funciona para mim como espada de dois gumes. A divulgação pode implicar utilização. Os conhecimentos adquiridos acabam por ser postos em prática e aí é que se podem atropelar certas regras morais, degradar-se a noção de responsabilidade e enaltecer-se a irreflexão e o egoísmo. No entanto penso que numa determinada idade e escolaridade, em que as consciências estejam formadas, e já se tenha uma noção de responsabilidade, se poderá ensinar e divulgar. A informação não deve ter carácter impositivo. Não estou de acordo com as lavagens cerebrais, impedindo que as pessoas escolham livremente, de acordo com as suas consciências.

3. Aqui chocam-se as convicções do médico e a consciência do cristão. Um a dizer que sim e a outra a dizer que não. Mas pela experiência que tenho, e tendo em conta a tamanha degradação moral e dos costumes que aqui se vive, eu penderia para o sim.

4. Não, porque salvo raras excepções a mulher que pretende abortar, é como a que quer suicidar-se, está psiquicamente descontrolada. Sou sim a favor de uma legislação séria, que castigue quem executa um aborto inseguro, isto é, sem a devida competência e fora das instituições idóneas. (28.6.93)

#### Resposta

Da Dr<sup>a</sup> Vivalda Tendinha, especialista em obstetria e ginecologia. Foi directora da Maternidade Augusto Ngangula. É professora na Faculdade de Medicina.

1. Dizia um perito de Saúde Infantil de países em desenvolvimento, que para o recém-nascido é tão importante o cumprimento do calendário de vacinações como a demora de nova gravidez da mãe. Está hoje medicamente bem estabelecido que a saúde da mulher e da criança está intimamente relacionada com a idade da procriação, o número de gravidezes e o intervalo entre elas. As idades de menor risco situam-se entre os 20 e os 34 anos, sendo as extremas, isto é antes dos 20 e sobretudo antes dos 18 e após os 34, factores que podem agravar a saúde materna e infantil. As gravidezes muito próximas, não permitindo uma recuperação materna e impedindo a prestação integral de cuidados ao recém-nascido, aumentam o risco de doença e de mortalidade materna e fetal implicando a repetição de outras gestações. Está também provado cientificamente que na alta paridade, isto é, o aumento de número de partos a partir do 4<sup>o</sup>, o risco de mortalidade é grande e também para o binómio mãe-filho.

Temos uma mortalidade materna e infantil das mais elevadas. É imperioso diminuí-la com todas as armas ao nosso alcance. Ora, abstraindo-nos das demais razões (sociais, demográficas, de desenvolvimento) para nos basearmos apenas nas de ordem estritamente médica, é óbvio que os Organismos responsáveis de Saúde têm o dever de pôr à disposição das populações todos os meios de contracepção disponíveis, fazendo uma divulgação activa dos mesmos, com ênfase para os mais eficazes e adaptados ao perfil biológico e socio-cultural das mulheres alvo.

Há ainda um aspecto não menos importante que convém realçar. É que com a disponibilidade e acesso fácil a esses métodos, tende a haver menor recurso ao aborto, infelizmente adoptado por mulheres em condições de desespero, independentemente das suas convicções religiosas, morais ou culturais. O aborto traz consigo marcas psico-emocionais e por vezes físicas indeléveis, bem mais perniciosas que o uso consciente e responsável de qualquer método eficaz de contracepção.

2. Sem dúvida, e penso que o grupo alvo deveria ser o dos adolescentes. O ideal seria um programa integrado, de educação sexual e formativa abrangendo aspectos de prevenção de doenças sexualmente transmitidas e infertilidade e de doenças cancerígenas ligadas ao sexo precoce. A divulgação dos métodos seria um dos componentes do programa mais abrangente, para evitar a promiscuidade, escudada pela libertação da gravidez.

3. Em geral sou contra o aborto. Em Saúde Pública mais vale prevenir que remediar e o aborto é um remédio, que pode trazer consequências desastrosas. Contudo há situações em que ele se impõe. São as situações de indicação médica, em que o prosseguimento da gravidez põe em risco a saúde da mãe ou do filho. Os casos de violação sexual de que resulta gravidez é outra das situações em que aceito, pois a gravidez é uma penalização acrescentada à agressão sofrida. Mais discutíveis são os casos de gravidezes precoces em jovens com imaturidade física e emocional para a Maternidade, em que aceito com reservas, isto é desde que se tomem medidas activas para impedir os abortos reiterados, mais gravosos por vezes que a gravidez inicial.

4. De modo algum. O sentimento maternal na mulher é em geral muito forte. Uma mulher que decide abortar fá-lo depois de uma luta entre sentimentos ambivalentes, em que acabam por ter mais peso os factores sociais que determinam a opção.

É em geral uma situação de desespero em que a mulher é a primeira vítima. O que a levou a engravidar

foi muitas vezes a ignorância, a falta de meios ou a afectividade mal correspondida. Sendo a gravidez um acto a dois, se há que castigar algum, por que não castigar também o homem que é o co-autor? Porque não responsabilizar a sociedade onde ela está inserida? Porque não criar as condições para evitar esta prática?

#### Resposta

Da Dr<sup>a</sup> Fátima Madeira Rita, especialista em obstetria e ginecologia. Foi directora clínica da Maternidade e é professora na Faculdade de Medicina.

1. Acho que não. O Estado poderá contribuir com uma quota parte e os cidadãos, sobretudo os mais favorecidos financeiramente, ajudarão igualmente na concretização dos Programas de Planeamento Familiar, ou seja, na aquisição dos diferentes métodos.

2. Acho que é necessária a educação sexual nas Escolas, ministrada por pessoas que estejam devidamente preparadas para o fazer.

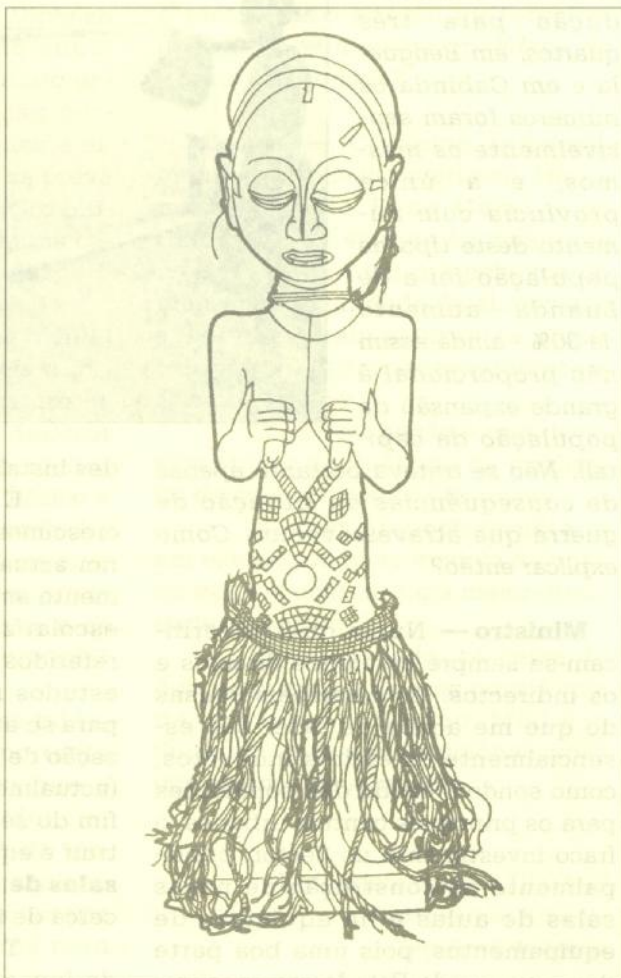
Nesta educação sexual está implícito transmitir conhecimentos sobre Planificação Familiar e seus diferentes métodos de anti-concepção.

Sabemos que o início da vida sexual nos adolescentes está sendo cada vez mais precoce, com o risco de surgimento de gravidezes não desejadas, com todas as consequências que daí advêm, nomeadamente físicas, psíquicas, familiares e materiais.

Se os jovens sexualmente activos tiveram educação sexual e conhecimentos de planificação familiar, saberão como defender-se das gravidezes não desejadas.

3. Sim. Em todas as circunstâncias em que o aborto tenha fins terapêuticos, nomeadamente para salvar a vida da mãe, ou ainda nas situações de violação, incesto e em menores.

4. NÃO. Não acredito que uma mulher que faça leis seja a favor desse castigo.

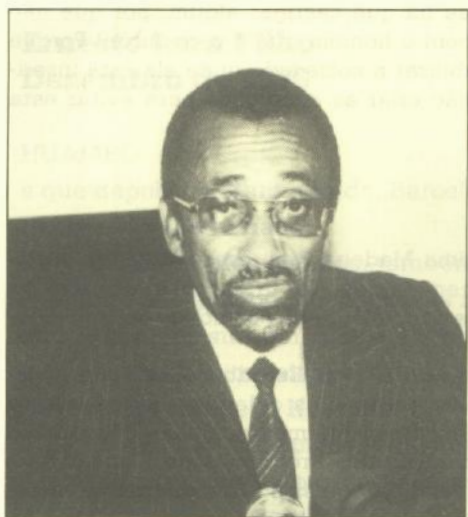






# "O que é necessário é que as p

Entrevista com o Dr. JOÃO BE.



**JANGO —** Senhor Ministro: no trabalho do Dr. Joaquim Silva, publicado parcialmente no penúltimo "Jango", verifica-se que em Angola o efectivo escolar no ensino primário do 1º nível, no ano lectivo de 1984/85, se reduziu, em comparação com o de 1980/81, a menos de metade na Província do Huambo, a um quinto na província do Cuanza Sul, a três quartos na Província de Malanje. Mesmo em províncias pouco afectadas directamente pela guerra não houve progresso compatível com o aumento de crianças em idade escolar (na Huíla houve uma redução para três quartos, em Benguela e em Cabinda os números foram sensivelmente os mesmos, e a única província com aumento deste tipo de população foi a de Luanda - aumento de 30% - ainda assim não proporcional à grande expansão da população da capital). Não se tratava portanto apenas de consequências da situação de guerra que atravessávamos. Como explicar então?

**Ministro —** Numa guerra verificam-se sempre os efeitos directos e os indirectos. As principais causas do que me acaba de dizer são essencialmente os efeitos indirectos, como sendo o êxodo das populações para os principais centros urbanos, o fraco investimento no Sector, principalmente na construção de novas salas de aulas e na aquisição de equipamentos, pois uma boa parte dos recursos do Estado era canaliza-

do para a defesa do País.

É importante referir que o País ascende à independência com uma rede escolar distorcida e incompatível com a grande explosão escolar que se verifica logo após a independência. Ora, para fazer face a esse crescimento, era necessário construir novas salas de aulas e equipá-las, formar novos professores, etc. etc.

O agravamento da situação militar do País não permitiu que o País canalizasse para o Sector os recursos necessários para esse fim, para além da acentuada degradação das infra-estruturas escolares, que se verificou, como consequência de uma super-utilização das capacida-

Estado, por si só, não está em condições, pensamos nós, de suportar; terá de contar com o apoio de toda a sociedade.

**JANGO —** Naquele trabalho documenta-se que em 1989/90, dos alunos inscritos seis anos antes na 1ª classe, só 12,3% tinham atingido a 6ª classe e dos inscritos 8 anos antes, só 3% tinham atingido a 8ª classe. Esta constatação, fruto do elevado grau de desistências e repetências é extremamente preocupante e reveladora do fraco rendimento do sistema do ensino, por debilidades intrínsecas ou grandes dificuldades sociais e culturais das crianças. Quer comentar?

tro horas diárias e aumentando, por outro lado, o tempo que a criança, sobretudo quando o pai e a mãe são trabalhadores, está fora de qualquer controlo e acompanhamento de estudo;

- A insuficiência de material didáctico e pedagógico;
- As condições sociais dos professores, incompatíveis com as suas funções;
- Saúde e alimentação dos alunos;
- Debilidade ou falta de enquadramento pedagógico em relação à escola; e também o fraco domínio da língua portuguesa por parte dos alunos e dos professores.

Enfim, todo este conjunto de factores tem concorrido para o fraco rendimento escolar.

Algumas acções têm vindo a ser adoptadas, com vista a ir paulatinamente modificando o quadro descrito.

**JANGO —** O baixo nível geral dos professores do ensino primário é apontado como uma causa importante de insucesso escolar. Que medidas preconiza para atrair e manter elementos qualificados para o ensino neste sector?

**Ministro —** Algumas medidas têm vindo a ser adoptadas, nomeadamente:

- A melhoria das condições sociais dos professores,

fundamentalmente salariais;

- A definição de diplomas legais que tornem a carreira docente mais atractiva (exemplo: o estatuto da carreira docente não universitária, a aplicação do regime de diuturnidades);
- O reforço da capacidade de formação, principalmente ao nível da formação inicial, com a colocação de professores com qualificação adequada nos Institutos Normais



des instaladas.

É verdade que o índice de crescimento da rede escolar é inferior actualmente ao índice de crescimento anual da população em idade escolarizável, pelos motivos atrás referidos. Devo dizer que segundo estudos recentemente elaborados, para se atingir uma taxa de escolarização de 60% na faixa dos 6-14 anos (actualmente é de cerca de 46%) no fim do século, será necessário construir e equipar cerca de **8 000 novas salas de aulas** e reabilitar e equipar cerca de **9 000 salas de aulas**.

Trata-se, por conseguinte, de investimentos avultados que o

**Ministro —** É uma verdade que os índices de reprovações e desistência são extremamente elevados, o que torna o sistema de ensino pouco rentável.

Um conjunto de factores concorrem para esse quadro, como sendo:

- A fraca preparação psico-pedagógica e científica dos professores;
- A utilização de infra-estruturas inadequadas, impróprias e praticamente sem equipamento;
- Criação de três turnos diários de funcionamento da escola, no 1º Nível, diminuindo por um lado, os tempos lectivos para três ou qua-



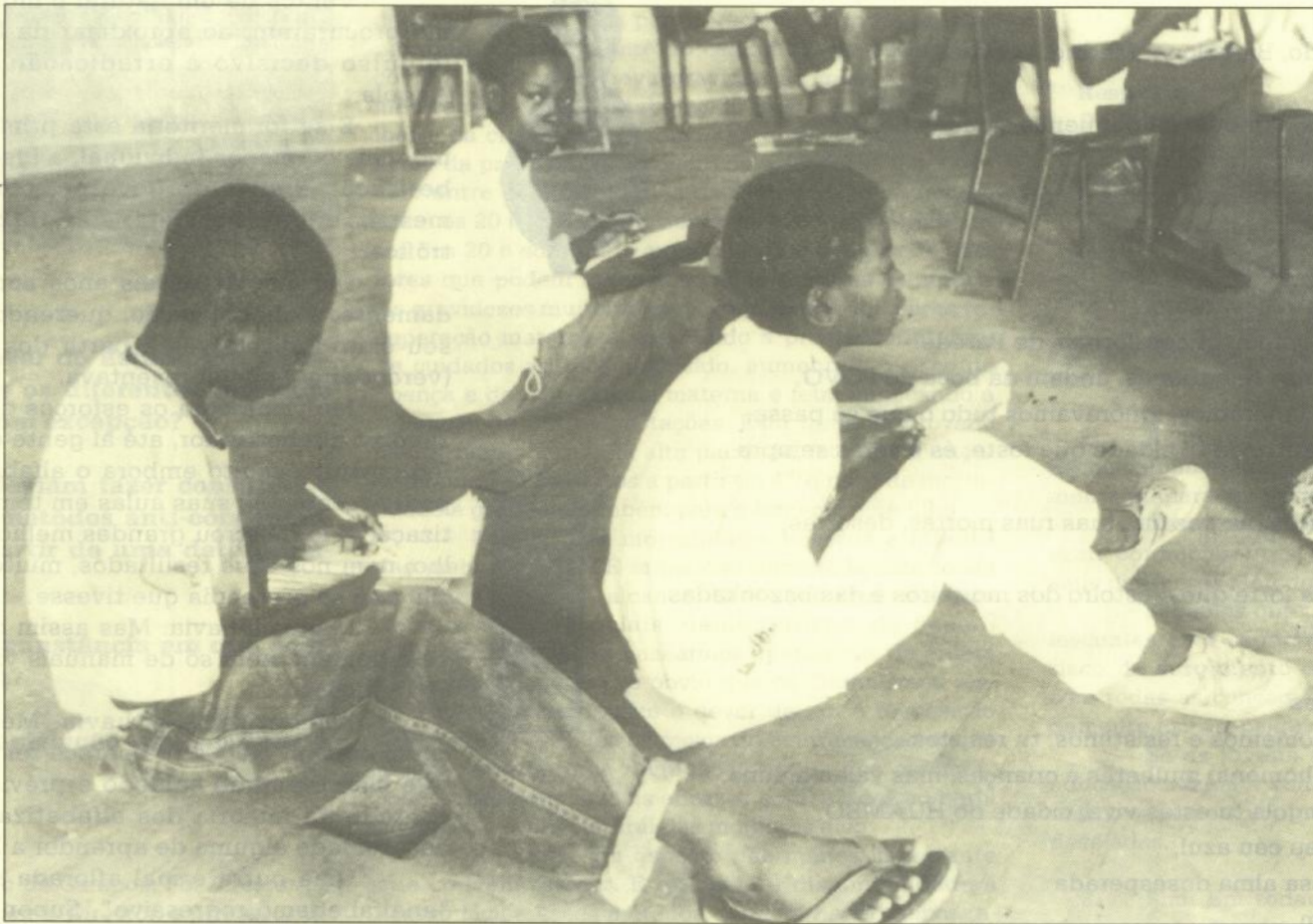
# Profissões sejam dignificadas"

VARDO, Ministro da Educação

de Educação e Instituto Superior de Ciências de Educação;

- Ao nível da formação permanente, estuda-se também a criação de um sistema de formação permanente obrigatório;
- A melhoria dos programas de formação;
- A melhoria das condições de trabalho dos professores;
- A colocação progressiva de quadros capazes ao nível da gestão do sistema.

**JANGO —** O sistema de ensino adoptado após a independência, ao quebrar a dicotomia que o sistema anterior fazia, a partir da 4ª classe, entre ensino técnico-profissional (escolas comerciais e industriais) e ensino geral conducente ao nível superior (liceus), teve pretensões igualitárias no sentido de não fomentar uma divisão precoce das crianças, de acordo com as diferenças económicas e culturais das suas famílias. Contudo, ao criar um ensino médio, profissionalizante, como via única para todas as crianças, e susceptível de lhes franquear o ensino superior (da mesma forma que o PUNIV que, de disposição provisória, só para acomodar os antigos 6º e 7º anos, passou a definitiva), desestabilizou e em grande parte esvaziou o quadro dos técnicos médios. Na verdade, o ensino médio tem em grande parte um conteúdo geral, não profissionalizante, e é tomado como uma forma de acesso ao ensino superior. A obrigação teórica de 3 anos de prestação de trabalho após a formação média é escamoteada ou não cumprida e uma boa parte dos estudantes do ensino médio passa para o ensino superior. Isto repercute-se também numa diminuição de professores formados que, em lugar de ensinarem, também ingressam na



Universidade. Pode comentar?

**Ministro —** Na verdade a situação tal como é exposta, verifica-se. Contudo, independentemente de haver necessidade ou não de ajustamentos curriculares, que confirmam ao Técnico Médio formado maior capacidade profissional, o grande problema reside na absorção destes técnicos pela actividade produtiva.

Por outro lado, todo o aparelho produtivo no nosso País viveu e ainda vive um período de estagnação; logo sempre foi difícil testar na prática a pertinência da formação. Por outro lado, e de extrema importância, jogou papel preponderante a ausência de carreiras profissionais e com elas a valorização das profissões. Estas duas situações influíram fortemente no processo formativo, distorcendo-o. Foi por este motivo que se estabeleceu o período de 2 anos (e não 3) de prestação de serviço antes do Técnico Médio continuar a sua formação a nível do Ensino Superior.

Esta medida, reconhecemos meramente administrativa, tinha como objectivo a fixação dos técnicos nos respectivos níveis de formação, ainda que por um curto período.

O Ensino Médio permitindo o acesso ao Ensino Superior, não nos parece ser uma concepção erra-

da. O que é necessário de facto é que a sociedade se transforme, que as profissões sejam dignificadas, que as pessoas sintam que a sua ascensão profissional não é apenas ditada pela obtenção de um Diploma de estudos imediatamente superiores. Isso não invalida contudo um estudo sobre a organização curricular dos cursos médios, nesta altura já aperfeiçoados, onde se prevê um ano de profissionalização (o último) no qual não existe nenhuma cadeira de formação profissional.

**JANGO —** Não pensa que o ênfase dado após a independência à formação dos adultos e ao estatuto de estudante-trabalhador veio deslocar dos seus postos de trabalho muitos trabalhadores dos sectores básico e médio, diminuindo o rendimento das empresas e atingindo em última análise as crianças, que se viram privadas de professores nas escolas e de enfermeiros e técnicos nos hospitais?

**Ministro —** Não nego que tal tenha acontecido. Mas é importante salientar as condições em que o País ascendeu à Independência, com uma fuga generalizada de técnicos, deixando paralisado quase todo o País. Portanto era necessário formar rapidamente quadros para pôr o País a funcionar.

Por outro lado, a grande maioria dos Angolanos não teve acesso a formação durante o período colonial e é lógico e legítimo que com as condições criadas com a independência nacional, as pessoas quisessem aumentar os seus conhecimentos.

Hoje, ao nível do Ensino Médio já não se verifica o horário do trabalhador estudante, apenas existe no Ensino Superior pelas características deste nível de ensino.

**JANGO —** Segundo certos cálculos, o custo de formação dum quadro superior é igual ao necessário para a formação básica de 50 crianças. Dado o desolador panorama do ensino primário e médio, e também do superior (já que a sua qualidade está a ser gravemente afectada pelo baixo nível existente a montante), não será de priorizar o investimento naqueles dois tipos de ensino, e restringir o acesso ao terceiro, investindo-se mais na qualidade do que na quantidade?

**Ministro —** O volume de investimentos nos níveis inferiores, isto é, no Ensino de Base Geral e no Ensino Médio, sempre foi maior que no Ensino Superior, até pela sua dimensão e quantidade de alunos que absorve e foram sempre os níveis prioritários, fundamentalmente o Ensino de Base.

O que eu penso é que devemos cuidar da melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis.

Nesta perspectiva está já em estudo um novo modelo de ensino que vai conferir uma maior qualidade de ensino.

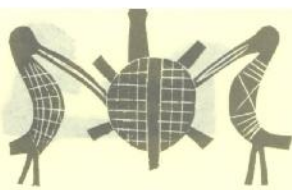
Por outro lado, há cerca de dois anos iniciou-se uma nova forma de acesso ao Ensino Médio e Superior, com a institucionalização dos exames de admissão.

Entrevista dada a 19.03.93

Fotos gentilmente cedidas pelo **Jornal de Angola**

para ler e guardar





## Carta para o Huambo

**Ernesto Lara Filho**  
**Dezembro de 1976**

HUAMBO,  
 a que depois de Stalinegrado, Barcelona, Madrid, Londres,  
 também foi metralhada.  
 Depois das grandes cidades, também há pequenas cidades.  
 O Mundo não acabou, pois entre as ruínas  
 outros homens surgem, a face negra do pó e da pólvora,  
 e este nosso hábito selvagem da liberdade.  
 Dilata a tua coragem, Huambo.  
 Enquanto uns caem, outros se levantam.  
 A poesia fugiu dos livros, agora está nos Jornais de Parede.  
 As notícias agora não vêm nos telegramas, andam na boca do POVO.  
 Nós, no meio da escuridão, ignoramos, ignorávamos tudo o que se passa,  
 o que se passava dentro de ti, cidade que foste, és e serás sempre  
 minha, sempre nossa.  
 Viemos encontrar-te destruída, na paz das tuas ruas mortas, desertas,  
 mas não conformadas.  
 No teu arquejo de vida mais forte que o estoiro dos morteiros e das bazookadas.  
 A tua fria vontade de resistir.

Saber que lutas, que resistes  
 Que enquanto dormimos, comemos e resistimos, tu resistes.  
 Terás custado milhares de homens, mulheres e crianças, mas valeu a pena,  
 saber que no coração de Angola tu estás viva, cidade do HUAMBO.  
 Sobre as nossas cabeças, teu céu azul,  
 dá um enorme alento à nossa alma desesperada  
 e aos corações que duvidam.

HUAMBO,  
 das casas abandonadas, de portas arrancadas, vidros partidos, destelhadas,  
 as belas cidades do Mundo contemplam-te com tristeza e silêncio,  
 débeis em face do teu pavoroso sofrer, tu que sofreste e ainda sofres tanto,  
 mesquinhas no seu esplendor de mármore salvos e rios não profanados  
 com o sangue dos mortos,  
 as pobres e prudentes cidades, que se entregaram sem luta,  
 aprendem contigo o gesto do fogo.  
 Também elas podem esperar.

HUAMBO, quantas esperanças!  
 Que flores eu vejo agora nas tuas ruas, nos canteiros dos teus jardins em flor.  
 Que felicidade brota das tuas casas!  
 De uma apenas resta a escada cheia de trampa,  
 de outras um cano de água partido, uma torneira, nem uma bacia de criança.  
 Não há livros para ler, nem um teatro, um circo, nem trabalho, nem fábricas.  
 Uns morreram, outros estão estropeados, os últimos como nós  
 defendem pedaços de parede onde escrevem o que sentem.  
 Mas a vida em ti é prodigiosa, começaram as chuvas,  
 está tudo a reverdecer, os insectos pululam ao sol,  
 oh meu querido HUAMBO de menino, das goiabeiras, das pitangueiras,  
 das mangueiras, dos milharais, dos mandiocais, dos morangais,  
 apalpo as tuas paredes, os muros das tuas casas desmanteladas,  
 caminho solitário pelas tuas ruas  
 mas sinto-me como criatura humana.  
 Que és tu HUAMBO, senão isto?  
 (...)

(Extracto do poema publicado na revista  
 Africa - literatura, arte e cultura, Lisboa,  
 vol. 1, n° 1, Julho/1978)

## Alfabetização — ou o êxito da estatística

A. Pereira Mázio

Ventos de um natural e muito saudável nacionalis-  
 mo procuraram, ao aproximar da Independência, dar um  
 impulso decisivo à erradicação do analfabetismo em  
 Angola.

E se foi meritória esta primeira fase de voluntaris-  
 mo mais ou menos individual, a institucionalização da alfa-  
 betização a nível do governo, porque feita a partir dos  
 mesmos critérios voluntaristas, foi pouco menos que cata-  
 strófica.

Durante dezasseis anos por aí se arrastou, apaga-  
 damente, a alfabetização, querendo-nos fazer acreditar no  
 seu êxito indiscutível, a partir dos números e estatísticas  
 (verdadeiras) que apresentava.

Muito embora os esforços do governo profissionali-  
 zando o alfabetizador, até aí gente de boa vontade e traba-  
 lho gratuito, muito embora o alfabetizando, que passou a  
 poder receber as suas aulas em tempo de serviço, a alfabeti-  
 zação não mostrou grandes melhorias, nem no seu traba-  
 lho, nem nos seus resultados, muito menos no impacto so-  
 cial que se pretendia que tivesse.

Manuais havia. Mas assim como nem só de pão vi-  
 ve o homem, nem só de manuais viveria (viveu e viverá) a  
 alfabetização.

Alfabetizadores havia. Melhores ou piores. Com  
 curso ou sem ele. O que parece ter faltado à alfabetização,  
 terá sido o estudo cuidado e prévio para mobilizar a des-  
 vontade da maioria dos alfabetizados que não sentiam  
 necessidade alguma de aprender a ler e escrever.

Uma outra e mal aflorada situação terá sido a do  
 "analfabetismo regressivo". Suponho que, mais moderna-  
 mente, se lhe dá o nome de analfabetismo funcional...

Tenha porém o nome que tiver, o facto é que a ha-  
 bilidade aprendida de ler e escrever, se não for exercitada  
 regride e desaparece. Isto, mesmo em países altamente  
 desenvolvidos, onde o "material" de leitura entra, diga-  
 mos, pelos olhos adentro, "obrigando" o cidadão a ler e a  
 sentir a necessidade de saber ler - quer sejam os letrados  
 e anúncios de rua, as indicações dos autocarros, os jornais  
 e revistas (mesmo velhos) tão fáceis de encontrar.

Como andaremos nós em termos de "regressão",  
 quando o nosso país não tem praticamente nada para dar a  
 ler ou motivar a necessidade de leitura?

Um outro problema que parece ter enfermado a  
 nossa alfabetização foi a referência política como critério  
 suficiente para escolher quem a dirigisse. Essa mesma "re-  
 ferência", que em outros campos inviabilizou projectos,  
 marginalizou conhecimentos, desorganizou sectores, não  
 só porque era profundamente desconhecedora, como es-  
 condia na aristocrática auto-suficiência do seu mando toda  
 a ignorância de que era portadora.

Tudo isto terá levado a alfabetização à indigência e  
 ao vazio que todos lhe conhecemos. As fábricas, as gran-  
 des empresas, aceitaram-na como um mal necessário, para  
 cumprir o sacrossanto dever revolucionário de fazer ensi-  
 nar, independentemente dos resultados que se obtives-  
 sem. E o próprio Partido no poder, passados os primeiros  
 anos de entusiasmo, deixou de utilizar este argumento - o  
 da alfabetização - como mais uma evidência da sua política  
 de benefícios populares.

Bem gostaríamos de perguntar ago-  
 ra - se a alfabetização foi ontem um servi-  
 ço mal alinhado que sorveu dinheiros sem  
 beneficiar senão as estatísticas, o que se  
 estará a fazer (estudando) para fazer dela  
 no futuro o êxito que, indiscutivelmente,  
 deveria ter sido?



**A MOEDA DO PECADO** Agora que, como cristãos novos,  
 nos penitenciamos no altar das américas, pelo pecado original  
 de termos tentado morar no paraíso vermelho, esquecemo-nos  
 de que... qualquer grande potência nunca destroi os seus  
 Pinochets, os seus Mobutus, os seus Idiamines - mantém-nos  
 em stock para futuras necessidades, porque, conforme diz o di-  
 tado, "quem guarda hoje o que não presta, pode encontrar  
 amanhã o que precisa".





René Dumont  
**DEMOCRACIA  
PARA  
ÁFRICA**



LER &amp; ESCREVER

**Estar em África, principalmente ser africano e ler René Dumont chega a ser um exercício de auto-flagelamento.**

**Quem o conhece desse livro profético dos anos sessenta - "A África Negra começa mal" - sabe que o autor, pelo seu empenhado estudo que ao longo dos anos vem dedicando ao nosso continente, dá uma visão clara do desastre**

**que pode ocorrer em África se não houver uma intervenção mais ajustada às nossas realidades por parte da comunidade internacional.**

**"Democracia para África" - livro publicado pela "Ler & Escrever" de que trazemos alguns extractos, é realmente um livro que merece ser lido não só pelo valor que tem, como ainda pelo alerta que constitui a favor de um continente à beira da catástrofe.**

(...) Em 1980 eu sublinhava, em Recife, no Nordeste do Brasil, que a liberdade de imprensa estava a melhorar neste país. "Que importância tem isso para estes habitantes de Choqué?" (o bairro de lata onde nos encontrávamos), respondeu-me o meu amigo de "Frère des Hommes" que me servia de guia.

"Uma boa metade deles é analfabeta e a outra metade não tem com que comprar um jornal". Uma luta efectiva contra a pobreza e a favor dum mínimo de alfabetização constituem pois condições prévias indispensáveis para se dar um conteúdo real ao conjunto das liberdades políticas clássicas. (pág. 204)

(...) Na África, tal como na América Latina, as democracias nascentes ver-se-ão rapidamente ameaçadas se a situação económica se mantiver tão desastrosa. A honestidade continua a ser demasiado difícil na miséria extrema, como a que hoje atinge o Perú, o Haiti e a República Dominicana - mas também o Sudão e Angola, etc. - mas todavia os novos poderes serão mesmo obrigados a procurar progredir rapidamente nesta direcção. As fraudes nas alfânde-



gas e nos impostos, o contrabando tolerado por todo o lado, impedem que o Estado receba os recursos indispensáveis para o seu funcionamento. [...] Não existe uma receita milagrosa. Mas nunca se deve esquecer que o desenvolvimento democrático não se poderá impor num clima de corrupção generalizado. (pags. 207 - 208)

(...) As pessoas que hoje em dia dizem viver em democracia encon-

tram-se sobretudo nos países ricos e pretendem que ela existe efectivamente porque os governos lhes concedem uma série de liberdades: de expressão, de informação, de associação, de representação. Está muito bem. E está até tanto melhor porque, sendo ricos, a maioria destes países oferece às suas populações um nível de vida que cobre muito amplamente (ou até mais do que isso) as suas necessidades essenciais: alimentação, alojamento, educação, saúde. Mas eis que, depois da revolução industrial, o fosso entre este nível de vida e o dos países pobres se amplia sem cessar. O produto nacional bruto médio per capita é, em 1990, cinquenta vezes mais elevado na Bélgica do que na África tropical. (pág. 197)

**A OUTRA FACE DA MOEDA** Quando se quer comparar a caça ao homem que se faz na Somália com a caça que igualmente se deveria fazer em Angola, estaremos a afirmar que, aqui como na Somália, não há Estado, nem Governo, nem qualquer outro órgão de soberania?

## Le Monde "Chefes de guerra africanos"

(Editorial do diário francês Le Monde de 9.6.93)

Houve uma época, por sorte já passada, em que, do Congo até à Rodésia, mercenários brancos, autodenominados por mofa "cães de guerra", saqueavam a África adolescente, na maior parte das vezes ao serviço de causas perdidas, desafiando a comunidade internacional. Hoje, os chefes de guerra são negros. Já nem sequer têm

a desculpa das cegueiras doutrinárias de então, já que qualquer ideologia lhes é estranha. A sua única ambição? Conservar ou conquistar o poder e os seus atributos: autoridade, prestígio e riqueza. A sua única linguagem? A das armas.

Somália, Libéria, Angola: estes três países de África - que são diferentes tanto pela história como pela geografia - estão hoje submetidos às devastações dos novos chefes de guerra. É

por esta razão também que se tornaram - os três - o campo de ingerências estrangeiras, por uma causa nobre. Na Somália, este Estado fantasma entregue à fome e ao caos, onde teve lugar em Dezembro passado a primeira intervenção humanitária internacional, o contingente americano, no início de Maio, cedeu o lugar a contingentes da ONU que, quando completados, contarão com 28 000 homens.

Na Libéria, uma força de interposição de 16 mil soldados - exclusivamente africana - desde há meses que persegue em vão Charles Taylor, rebelde sem fé nem consciência. Em Angola, a ONU apenas mantém - e por pouco tempo - algumas centenas de observadores, espectadores impotentes do novo episódio dum conflito interminável que o chefe da UNITA, Jonas Savimbi, preferiu reacender em vez de aceitar, em Setembro passado, o veredicto das urnas que o declarou vencido.

Os novos chefes de guerra partilham um desprezo infinito pelas populações civis à sua mercê. Os homens de mão do

"general" Aidid - dono duma metade de Mogadiscio, a capital da Somália - utilizaram sábado passado mulheres e crianças como "escudos humanos" diante dos soldados paquistaneses que haviam emboscado.

Os fanáticos de Charles Taylor, na Libéria, não hesitaram este último domingo em massacrar 300 refugiados, numa "orgia de assassinatos e mutilações", segundo o sinistro relato duma testemunha. Em Angola, onde 1 000 pessoas morrem de fome cada dia nas zonas de combate, várias centenas de passageiros morreram há pouco num comboio que a UNITA tinha escolhido como alvo. Se não possui os meios para evitar os massacres indiscriminados, a comunidade internacional tem o dever de agir ali onde pode.

Na Somália é urgente neutralizar enfim, pela força, todos os chefes de clã, desarmando os seus seguidores, tarefa essa que os soldados americanos não empreenderam. Pôr na ordem estes inimigos da paz - cujo advento seria fatal para a sua in-

fluência - é o prólogo indispensável para um renascimento do Estado e um revigorar da sociedade civil. Ao empenhar-se massivamente nesse país mártir, onde já se começou a comer e a saciar a fome, a ONU pôs a sua credibilidade em jogo. Ela não tem o direito de falhar aí.

**CARAS OU COROAS?... CARAS** Quando políticos (ou como tal reconhecidos) afloram a ideia de que a ONU (e/ou, naturalmente, os Estados Unidos) nos deveriam ceder uma mão cheia de capacetes azuis para resolver os nossos problemas, estão a passar um atestado de incapacidade às nossas Forças Armadas e ao sacrifício de quem ainda lhes permite ser (ou parecer) aquilo que não são - políticos angolanos.

**Jango**

MENSAL

Propriedade: EDIÇÕES JANGO, LDA. — HUAMBO.  
Fundador: DAVID BERNARDINO  
Director: DARIO DE MELO  
Colaboradores: C. Pinto, F. Oliveira, Liz Matos, L. Bernardino,  
M. C. Neto, Ruth Lara, Sandra Roque, Manuel Dionísio, Manuel Rui  
Sede: C. P. 28 — Huambo  
Administração: C. P. 3335 — Fax 393425 — Luanda  
Execução gráfica: LITO TIPO, LDA. — LUANDA  
Tiragem: 5 000 exemplares





## Ecoss duma tragédia (Homenagem ao Dr. David Bernardino)



Há acontecimentos, que de tão alheios ao nosso quotidiano, produzem em nós um sentimento de surpresa pela emoção que despertam em nossas almas.

Hoje, acabo de viver uma dessas experiências raras.

Há dias os jornais fizeram chegar até mim os ecos de um acontecimento triste: em Angola, na cidade do Huambo, foi assassinado um COMBATENTE DA HUMANIDADE.

Nunca antes tinha ouvido falar dele. Nem dos seus feitos. Por isso quero crer que jamais foi condecorado. Nunca houve, nem paradas militares, nem cerimónias oficiais, para louvar a persistência e a generosidade do seu combate.

Para mim isso é justo e compreensível. A sua luta não foi de espingardas e canhões; a sua missão nunca foi a de aniquilar inimigo humano de qualquer espécie.

Por isso, na dor e na revolta pelos seu assassinio, consolem-se os seus amigos.

Nos seus trinta anos de luta pela paz, o COMBATENTE nunca teve de carregar consigo o fardo dos louvores e condecorações, que quase sempre são de guerra.

Mesmo sem o ter conhecido, creio que se pudesse fazer o balanço da sua vida, do que deu e recebeu, sentir-se-ia recompensado por isso.

Na sua terra natal os homens habituaram-se - aí também - a glorificar os matadores e desprezar, com hostilidade, os que lutam em favor da Vida.

Ela era COMBATENTE PELA VIDA.

Por arma tinha a sua competência médica. O seu inimigo era a doença e a fome dos meninos do Huambo.

Do seu quartel-general - os seus Centros de Saúde - alcançou incontáveis vitórias.

Já na recta final do seu combate empunhou uma nova arma: a palavra escrita, em defesa da liberdade e na exaltação da Paz e do Humanismo.

Isso jamais lhe poderia ter sido perdoado por aqueles que medem a sua estatura pelo número de mortos que fazem com as suas armas.

Por isso dispararam contra ele e puseram fim ao seu combate.

Sobre aqueles que o assassinaram alguém escreveu: "Os soldados que o mataram podem ter crescido fortes e saudáveis com aquela ração de leite que suas mães iam buscar nos Centros de Saúde criados por ele".

Para mim este pensamento ressalta ainda mais a irracionalidade e a injustiça do crime.

Certamente que muitos dos seus amigos não poderão, nem quereirão, compreender. Mas estou quase certo de que ele compreenderia. E perdoaria.

Consciente da sua missão, ele sabia que as balsas que haviam de o matar estavam desde há muito a amadurecer nos canos das espingardas, como frutos fatais da sua longa e generosa sementeira.

Lamentemos o fim do COMBATENTE.

Choremos pelos meninos do Huambo, que ficam sem o amparo do amigo dedicado. (...)

(Final ilegível no FAX recebido)  
Tozé Barbosa - Jornalista  
República de Cabo Verde

### Apelo dos Intelectuais Angolanos

Continuam a chegar até nós ecos da larga repercussão que em diversos círculos internacionais tem estado a ter o Apelo de 5 de Dezembro de 1992 dos Docentes e Investigadores da Universidade Agostinho Neto, sobre os actos de violência que têm vitimado a intelectualidade angolana.

Assim, foi recebido um abaixo-assinado subscrito por 113 docentes e estudantes dos centros universitário de Paris, Estrasburgo e Dijon.

O Apelo foi publicado na íntegra no número de Março/Abril da prestigiada revista portuguesa "Vértice". Uma larga referência ao mesmo também apareceu no último número da "Review of African Political Economy", editada no Reino Unido.



FOTO: MARCO VERCRUYSSSE

### O PESO DA PAUSA A. Pereira Mázio

Não sei - não sou pedagogo nem mestre de ensinar meninos - que razões se adiantam para a existência nas nossas escolas das sucessivas pausas pedagógicas com que se interrompe o ano lectivo.

Acredito - absolutamente, acredito - que deve haver um forte suporte científico a determinar a necessidade destas pequenas "férias" que, de quando em quando, se dão aos estudantes.

Acredito - sem qualquer dúvida, acredito - que elas não tenham aparecido, tanto nas nossas escolas como em escolas de qualquer parte do mundo, sem razões fundadas no estudo e na experiência.

O que me preocupa é saber se não estaremos nós a "importar" de qualquer parte do mundo, que tem naturalmente os seus problemas e necessidades específicas,

uma inovação que, embora correcta, se não ajusta às nossas carências e dificuldades.

Quero com isto dizer que, de um lado, eles têm (terão) naturalmente um ensino minimamente bem organizado, um quadro de professores técnica e pedagogicamente capazes, horários cientificamente estudados e justificados, pelo que poderão ter chegado à conclusão de ser imperioso impor a referida "pausa".

Quero com isto dizer que, do nosso lado, com as escolas que temos (em especial as do primeiro nível), com os mestres de que nos servimos, com o número excessivo de alunos por sala de aulas a que somos obrigados, com um ano lectivo que normalmente começa sempre tarde, com turnos de três ou quatro horas diárias de ensino, não nos parece que alguém possa adiantar razões que sustentem a necessidade das chamadas "pausas pedagógicas".

Pergunto-me:

As pausas pedagógicas não quebrarão - nas nossas escolas - o ritmo da aprendizagem e do estudo?

As pausas pedagógicas não diminuirão - nas nossas escolas - e de uma maneira decisiva, o já pouco tempo que a criança tem para aprender e ser ensinada?

As pausas pedagógicas não serão (naturalmente, entre nós) um dos factores que obriga os professores ao contra-relógio para terminarem os programas?

Resumo: desconheço as razões pedagógicas destas "pausas". Acredito que elas tenham uma forte motivação científica em países de uma outra realidade escolar e um outro desenvolvimento socio-económico.

Em Angola, tanto quanto o bom senso aconselha (muito embora a ignorância que tenho não seja a melhor conselheira), as pausas pedagógicas deveriam deixar de existir.

Parece-me um tanto assim como se continuássemos (e continuamos...) a importar "Mercedes" apesar do trânsito esburacado das nossas ruas e estradas.

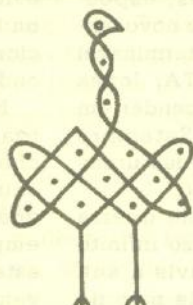
### MOEDA DE CAPACETE AZUL

O que falta a Savimbi para ser considerado criminoso de guerra é somente, matar, tal como o general Aidid fez, vinte e três capacetes azuis. Os outros milhares de mortos, porque não usavam capacete, nem eram azuis, não entram nas contas, nem servem de troco.

**UMA MOEDA, DUAS FACES...** Quando mostramos Jorge Valentim a vender diamantes roubados no Cafunfo, não o estamos a acusar de não cumprir (e bem) a sua missão partidária, acusamo-nos a nós próprios de os deixar roubar e não estarmos a cumprir, cabalmente, a nossa Missão Nacional.

**Jango** LÊ-SE NAS LINHAS

AÉREAS INTERNACIONAIS **TAG**







# As razões do bem falar

Agradecemos à Dr<sup>a</sup> Edite Estrela, filóloga portuguesa, a autorização para utilizar tão útil material dos seus livros "Dúvidas do Falar Português"

## Das preposições em locuções

- Qual destas estruturas é mais correcta:  
"Junto à porta" ou "Junto da porta"?  
"Em frente à praia" ou "Em frente da praia"?

Começando pela última dicotomia, por ser mais simples, a locução "em frente" rege sempre a preposição de:

- "Em frente da praia";
- "Em frente da porta";
- "Em frente da casa";
- "Em frente de mim".

Significa "na presença de, perante, junto de, ao pé de".

Diferente é a situação do advérbio de lugar *junto*, que tanto admite a companhia da preposição *a*, como da preposição *de*, dando origem a duas locuções prepositivas:

- "Ele parou junto à porta";
- "Ele ficou junto da porta";
- "Ele estava junto ao pai";
- "Ele estava junto do pai".

Do ponto de vista semântico, as locuções *em frente de* e *junto a/de* remetem para sentidos um pouco diferentes. *Junto de/a* indica grande proximidade, significa que os elementos em causa estão muito chegados. *Em frente de* não refere um tão elevado grau de proximidade como *junto a/de*, mas precisa melhor a localização relativa dos elementos em presença.

- Quais as construções correctas?

a) "As conclusões são suficientemente óbvias para necessitarem de provas" ou "As conclusões são suficientemente óbvias para não necessitarem de provas"

b) "A interpretação é demasiado duvidosa para precisar de provas" ou "A interpretação é demasiado duvidosa para não precisar de provas".

O problema, aparentemente sintáctico, tem implicações semânticas. Tendo em conta o sentido de cada frase, verificamos que, na alínea a), o advérbio de negação está a mais. A frase deve ser redigida na afirmativa: "As conclusões são suficientemente óbvias para necessitar(em) de provas". Se as conclusões são óbvias, estão, por definição, provadas. Se fossem duvidosas, então sim, necessitavam de provas para deixarem de o ser.

Pelo contrário, a frase da alínea b) para ter sentido precisa do advérbio de negação: "A interpretação é demasiado duvidosa para não precisar de provas". Se a interpretação fosse óbvia, não precisava de provas, sendo duvidosa, carece de confirmação segura.

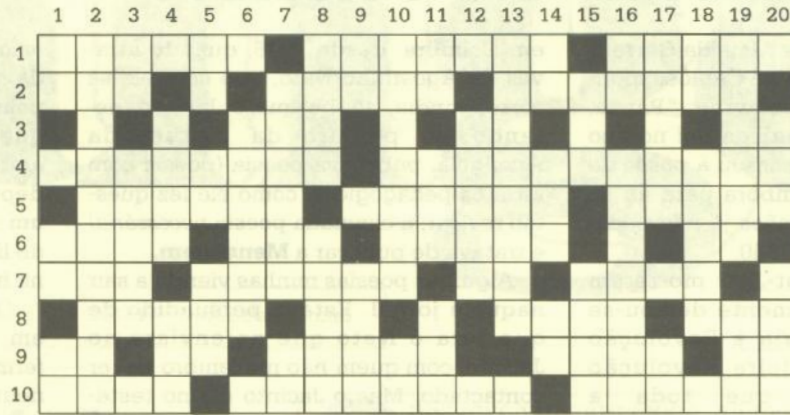
Em suma, a inclusão do advérbio de negação depende do adjectivo que for usado. O óbvio não carece de prova. O duvidoso precisa dela.

**RESPOSTAS:**

1º JOGO  
Cada uma das palavras da família é composta de duas palavras. Assim: SOM e AR, REGA e TEAR, NATURAL e IDADE, etc.  
A palavra a procurar só pode ser SOLDADO (SOL e DADO).

2º JOGO  
A segunda afirmação significa que os filósofos são mortais (se não, ignoravam a filosofia).  
Como todos os mortais são poetas, os filósofos, sendo mortais, são também poetas.  
Uma vez que nenhum poeta gosta de matemática, os filósofos, sendo poetas, também não gostam de matemática. É portanto impossível que um filósofo goste das matemáticas. A primeira afirmação é incompatível com as outras três.

## PALAVRAS CRUZADAS



**HORIZONTAIS:** 1- Município do Huambo; cabelo em desalinho (plural); taberna 2- Oceano; Comuna da Província do Huambo; Município do Kuando Kubango 3- Fluido aeriforme; Crómio (SQ); Neptúnio (SQ) 4- Município do Huambo (duas palavras) 5- Província de Angola; Monge que, em conjunto com seu irmão, inventou o alfabeto base das línguas russa e sérvia; osso do braço 6- Cume; e "outra coisa mais"; batoque; isolado 7- Elemento de composição de palavras que dá a ideia de "dependência"; amamenta; em partes iguais; depois de 8- Pequeno espaço; porco; farinha grossa; Município do Kuanza Sul 9- Prata (SQ); grito de dor; cidade da Província do Huambo; bosque; "no fim" de põe 10- Rumo do navio; corrida desordenada; Comuna da Província de Malanje.

**VERTICAIS:** 1- Preposição de lugar onde; Césio (SQ); atmosfera 2- Município do Huambo 3-Cidade da Caldeia; Comuna da Província do Cunene 4- Brinquedo em forma de pera que se faz rolar por meio de um cordel; transpira 5- Existe; Curio (SQ); actuei 6- Sede do Município do Amboim (Kuanza Sul) 7- Dívida que não se pagou; Cobalto (SQ) 8- Ferro da 1ª fundição ainda não tratado; mencionar 9- Sorri; estrondear 10- Expedira; estuda 11- Sódio (SQ); jogo de cartas; casa 12- Comuna da Província de Benguela 13- Tapar com rolha 14- Nota musical; discurso laudatório; Americio (SQ) 15- Vazio; fileiras 16- A tua pessoa; Município da Huíla 17-Caminham; Ouro (SQ) 18- Marca de cigarros; contracção da preposição em com o pronome esse 19- Peixe da família dos Murenídeos também conhecido como safio; jiboia 20- Alimento; triturar.



## JOGOS LÓGICOS

### 1º JOGO

Uma propriedade reúne esta família de palavras:

- SOMAR
- REGATEAR
- NATURALIDADE
- CONTADOR
- SALVAGUARDAR
- ARTEFACTO
- MALTRATAR
- CORTEJO

Das palavras seguintes, qual pode pertencer à família:

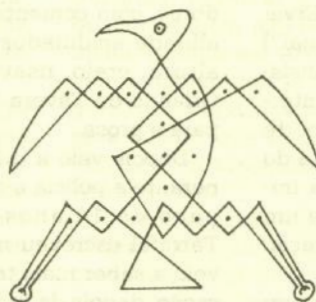
- CACHORRO
- ATENUAR
- FRASE
- CAMISA
- SOLDADO

### 2º JOGO

Eis quatro afirmações:

- Alguns matemáticos são filósofos;
- Os imortais ignoram a filosofia;
- Nenhum poeta gosta das matemáticas;
- Todos os mortais são poetas.

Serão elas compatíveis?



## HELP WITH ENGLISH

Os "falsos amigos"

Muitas vezes pensamos que palavras escritas de formas parecidas em português e inglês deveriam ter significados semelhantes. Mas, às vezes, têm sentidos bastante diferentes ou, até, sentidos opostos.

Vejam alguns exemplos:

**Actually** não significa "agora, nesta altura", mas sim "realmente, na verdade". "Actualmente" diz-se **now**.

**Ordinary** utiliza-se apenas quando significa "normal, usual", mas nunca no sentido de "malcriado".

**To ignore** quer dizer "não fazer caso de". "Ignorar" diz-se **to be ignorant of**.

O adjectivo **cynical** significa "indiferente, que põe em dúvida".

**Eventually** nunca tem o significado de "eventualmente, poder ser que...", mas sim o de "finalmente".

O **library** não é o mesmo que **bookshop**. A primeira é uma biblioteca, a segunda é que significa uma livraria, "casa onde se vendem livros".

**Patron** é o "patrono", o "padroeiro". O proprietário, o "patrão" diz-se **owner**.

A **cup** não é um "copo" (**glass**) mas sim uma "chávena" e...

...quando se diz **push!** não é para mandar puxar (**pull**), mas sim para empurrar!

**SOLUÇÕES DAS PALAVRAS CRUZADAS**

**VERTICAIS**  
1- Em; Cs; ar 2- Katchungo 3- Emítra; Je 11- Na; cro; Jar 12- Cuiha 13- Arrolhar 14- St; Joa; Am 15- Vao; alas 16- Tv; Hummata 17- Andam; Au 18- SG; nesse 19- Congo; boa 20- Pao; moer

**HORIZONTAIS**  
1- Ekunha; grenhas; tasca 2- Mar; Cm; agi 6- Cabela 7- Calote; Co 8- Gusa; citar 9- Ri; toar 10- Uti; Humbe 4- Piao; sua 5- Há; 1- Em; Cs; ar 2- Katchungo 3- Emítra; Je 11- Na; cro; Jar 12- Cuiha 13- Arrolhar 14- St; Joa; Am 15- Vao; alas 16- Tv; Hummata 17- Andam; Au 18- SG; nesse 19- Congo; boa 20- Pao; moer





# Lembranças de Jacinto

Antero Abreu

O escritor português Almeida Garrett, salvo erro, pôs na boca de Camões moribundo as seguintes palavras: "Pátria, morro contigo". Na verdade, foi no ano de 1580 que Portugal passou à posse da Coroa de Espanha, embora para ali se manter - mas isso Camões já não podia adivinhar - apenas até 1640.

Robespierre e Saint-Just morreram (Robespierre praticamente deixou-se matar) quando morria a Revolução Francesa - a verdadeira Revolução Francesa, aquela que toda a Humanidade ainda está a querer construir duzentos anos depois, desmoronado o projecto socialista de Leste.

Lenine, vivo fisicamente embora, era já um fantasma político a partir de 1921, quando terminou a verdadeira revolução socialista para ser substituída por uma coisa parecida, com nome idêntico, mas que já não era a República dos Soviéticos sonhada pelo velho bolchevista.

Puxando pela memória ou indo aos cartapácios, outros exemplos poderão encontrar-se de homens que morreram, foram mortos ou se deixaram morrer com a morte dos ideais por que toda a vida lutaram e sofreram.

O exemplo mais chegado a nós no espaço e no tempo é o do António Jacinto. Comunista desde a juventude, viu ruir, já velho, toda uma edificação majestosa e indestrutível - assim o pensáramos - de liberdade, cidadania, justiça social, fraternidade.

Quando o encontrei algumas vezes no Palácio dos Congressos nos meses anteriores à sua morte, magríssimo, vacilante e tremente, agarrado a uma bengala, disse-lhe repetidamente:

- O que tens, Jacinto? Qual a tua doença? Tratas-te? Vai tratar-te lá fora, se aqui não há meios suficientes.

E acrescentava jocoso, mas apreensivo:

- Leva contigo uma garota bonita, diz-te-te, não penses em nada sério.

Ele respondia-me:

- Os médicos dizem que tenho qualquer coisa esquisita, no coração ou sei lá onde. Sim, querem evacuar-me para o exterior. Mas não adianta. A minha doença está aqui.

E apontava a cabeça.

Falei com o Lúcio Lara, com o cardiologista Dr. Nelumba. Todos se preocupavam, todos o queriam em tratamentos de alta especialização.

E ele lá acabou por partir para Lisboa. Mas pouco tempo depois morria. O seu bilhete de passagem era outro.

Conheci o Jacinto ainda no liceu. Estava um ou dois anos à frente de mim. Andava eu pelo quarto ano, fez ele uma interpretação inexecedível do Parvo (louco) do "Auto da Barca do Inferno", de Gil Vicente, encenado nas escadarias de entrada do Liceu Salvador Correia, hoje Mutu-ya-Kevela. Nós, a garotada, exultámos com aquela espécie de Quasimodo acanhado e malcriado, muito desrespeitoso para com as pessoas importantes e as instituições. O Jacinto ficou popularíssimo.

Sabia eu que ele era rapaz interessado pela cultura. Mas já me encontrava

em Coimbra, desde 1946, quando através de Agostinho Neto, que com ele se correspondia, soube que o Jacinto, estando no pelouro da cultura da Anangola, publicava poesia (poesia com intuídos pedagógicos, como ele fez questão realçar; a chamada poesia necessária) e tratava de publicar a **Mensagem**.

Algumas poesias minhas vieram a sair naquele jornal. Estava persuadido de que fora o Neto que as enviara ao Jacinto, com quem não me lembro de ter contactado. Mas o Jacinto diz no teste-

veículo de cultura, fora também, através da cultura, um veículo das ideias nacionalistas e progressistas. O Jacinto, naquele seu testemunho, retrata bem o ambiente da época e como os ideais independentistas e de justiça social por um lado se corporizaram no movimento de libertação e, por outro, se expandiram na frente cultural.

Quando, acabado o meu curso, voltei em 1957 a Luanda, encontrei um novo fermento, já que a direcção da Anangola neutralizara o seu departamento cultu-

solto, conseguiu fugir de Portugal e foi dirigir um Centro de Instrução Revolucionária (CIR) do MPLA, de cuja delegação fez parte quando o movimento se fez representar, já em clima de liberdade, em Luanda em Novembro de 1974.

O resto é amplamente conhecido e vem nos jornais.

O que não vem é o seu espírito complacente, sem quebra dos princípios, contudo, a sua solidariedade para com os colegas de escrita, o seu carinho para com os jovens escritores, a quem ajudava e aconselhava.

Não fazia parte da direcção da União dos Escritores Angolanos, mas frequentes vezes ali o vi, a várias alturas do dia. Os seus deveres de político e de dirigente do Estado não o coíbiam de acompanhar de perto, e de ajudar no que podia, a União. Era um escritor e disso se não esquecia.

Fez o que podia e como podia nos lugares de alta responsabilidade que foi chamado a ocupar. Ajudara a conquistar a Independência, estava a ajudar a construir uma Nação, a fazer um País.

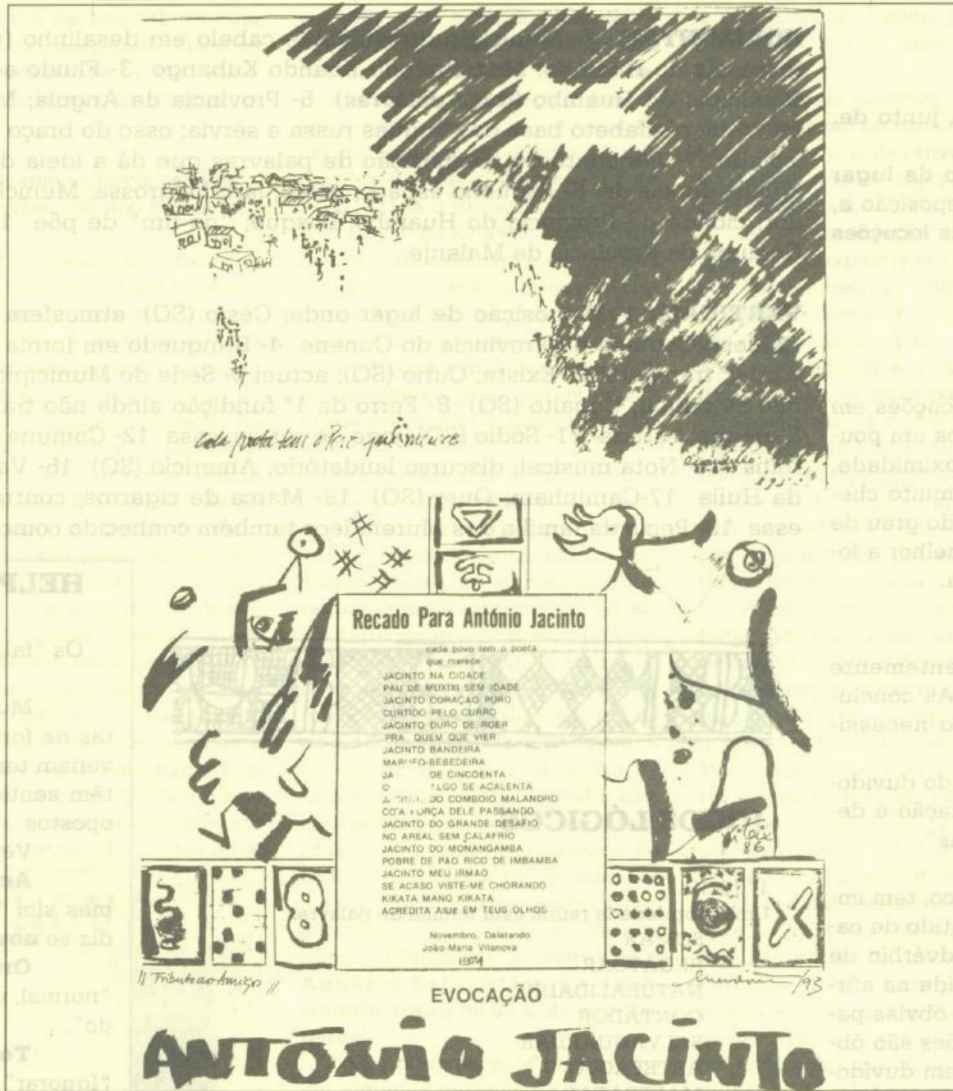
E, quando esta tarefa, já por si, se mostrava tremendamente difícil, surge à sua volta o ruir estrondoso de toda uma concepção do mundo e da construção do Estado e da defesa dos interesses do Povo.

Povo, o angolano, por que tanto se batia e sofrera. Como Agostinho Neto. Mas não um povo distante e abstracto. Para um e outro o povo era qualquer coisa de muito próximo, muito palpável. Ouvir qualquer deles falar do povo era ouvir falar de gente que existia, que sofria, passava fome, fazia guerra, morria, eram pessoas. Dos políticos cujo caminho atravessasse, estes dois homens incomparáveis foram dos que mais me impressionaram no amor pelo seu Povo.

Falta (além de outras coisas mais, obviamente) falar num aspecto importante da personalidade do António Jacinto. Como disse atrás, para Jacinto a poesia foi, ou começou por ser, uma tarefa pedagógica. No cárcere ajudou muitos companheiros a elevarem-se culturalmente. Mendes de Carvalho bem recentemente escreveu que Jacinto, com Luandino, o ajudou a fazer-se escritor. Escapado às garras do fascismo, foi fazer a sua pedagogia num dos CIR's do MPLA. Isso tudo nos levou a tê-lo, já no País independente, como Ministro da Educação. Mas era no seu trato que se distinguia o persuasivo educador, o compreensivo pedagogo. Cada conversa com Jacinto era uma despreziosa, convincente, mas não coerciva, lição. De humanidade, de tolerância, de civismo, de desapego aos bens materiais, de empenhamento, de amor ao País e ao Povo.

Daí ele ser um exemplo. Daí eu ter visto, há um ano, na homenagem que lhe prestaram na União dos Escritores, lágrimas nos olhos de tantos jovens. Quem é chorado pelos jovens afinal está vivo. Valeu a pena a caminhada. Fez-se "O Grande Desafio". O campeonato continua...

Luanda, 23/24 de Junho de 1993



**CARTAZ DE LUANDINO VIEIRA realizado e editado para assinalar o 2.º aniversário da morte de ANTÓNIO JACINTO**

munho prestado em 1988 ao Michel Laban (*Angola - Encontros com Escritores*) que fui eu que lhas mandei para publicação. Parece que é um pormenor, mas reveste-se de alguma importância. Se a memória do Jacinto era melhor do que a minha, eu afinal fui *mesmo* um poeta da "geração da Mensagem", como aliás o começou por dizer o Carlos Ervedosa, antes de eu lhe ter chamado (mal?) a atenção, e como, nele escudado, insistia o agente da PIDE-DGS que me interrogou no processo de expulsão de Angola de mim, do Eugénio Ferreira e do Bobela-Mota. Naquele tempo tinha importância para a polícia saber-se se um indivíduo pertencera ou não à "geração da Mensagem".

É que este jornal não fora apenas um

ral: o da Sociedade Cultural de Angola e do seu apêndice, chamemos-lhe assim, o Cine-Clube de Luanda.

Os objectivos eram os mesmos, mas os métodos iam diferindo e novos nomes surgiam. Começa a publicar-se a **Cultura-II**. Jacinto, sempre presente, era um dos seus animadores e colaboradores, com comentários críticos da actualidade acidulados e saborosos. Nessa altura, creio, usava o pseudónimo de Orlando de Távora. Reservava-o, parece, para a prosa.

Depois veio a prisão, a postura digna perante a polícia e o tribunal, e a incrível pena de 14 anos de prisão... Lá no Tarrafal escreveu mais poesia, como se veio a saber mais tarde com a sua publicação, depois da Independência.